



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, informações a respeito do combate ao desmatamento em 70 municípios prioritários da Amazônia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, informações a respeito do combate ao desmatamento em 70 municípios prioritários da Amazônia.

1. Quais são as principais estratégias dessa parceria para reduzir o desmatamento?
2. Como as comunidades locais serão envolvidas nas ações de preservação ambiental?
3. Como será feita a alocação dos R\$ 61 milhões entre os municípios?
4. Existe um plano detalhado que assegure que os recursos serão distribuídos de forma equitativa e eficaz, considerando as necessidades específicas de cada localidade?
5. Quais são os mecanismos estabelecidos para monitorar a aplicação dos recursos e avaliar a eficácia dos Escritórios Municipais de Governança? Como o governo pretende garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre os resultados obtidos?



6. Após o investimento inicial e a estruturação dos escritórios, quais são os planos para assegurar a continuidade e a sustentabilidade das ações de combate ao desmatamento a longo prazo?

Justificativa

O desmatamento na Amazônia é um problema crônico que, apesar de décadas de promessas e iniciativas, continua a avançar a passos largos. A destruição da floresta tropical não é apenas uma tragédia ambiental, mas também uma falha política que escancara a fragilidade das políticas públicas voltadas para a preservação do bioma.

O anúncio do governo não apresenta detalhes concretos sobre como esses escritórios irão operar na prática. A criação de novas estruturas burocráticas, por si só, não garante efetividade no combate ao desmatamento. Sem metas bem definidas e mecanismos de monitoramento robustos, há o risco de esse projeto se tornar mais uma iniciativa ineficaz, sem impacto real na preservação da floresta.

O montante de R\$ 61 milhões, quando dividido entre 70 municípios, resulta em cerca de R\$ 871 mil por cidade. Esse valor é suficiente para montar uma estrutura eficaz de fiscalização ambiental e combate ao crime organizado que financia o desmatamento ilegal? Considerando que grupos criminosos envolvidos no desmatamento muitas vezes contam com sofisticadas redes de logística e financiamento, é ingênuo pensar que apenas a criação de escritórios municipais será suficiente para reverter o problema.

Se não houver um planejamento detalhado, transparência na alocação dos recursos e integração com outras políticas ambientais e econômicas, essa medida pode acabar sendo mais um exemplo de ação simbólica sem impacto real. A Amazônia precisa de medidas estruturantes e fiscalização rigorosa, não apenas de novos escritórios que correm o risco de se tornarem inoperantes diante da complexidade do problema.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 25 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

